

Atribuição BB CY 4.0

ENTRE CORDAS, PEDRINHAS E PETECAS: JOGOS E BRINCADEIRAS INDÍGENAS E AFRO-BRASILEIRAS COMO CAMINHO PEDAGÓGICO

Katiucce Muniz Moreira¹

Teresa Ontañón Barragán²

Resumo

Este artigo apresenta uma proposta pedagógica para a Educação Básica que organiza e sistematiza jogos e brincadeiras tradicionais afro-brasileiras e indígenas como opções educativas. O objetivo é fornecer subsídios didáticos e metodológicos que auxiliem professores a integrar essas práticas ao currículo escolar de forma crítica, lúdica e antirracista. A pesquisa, de base bibliográfica e documental, reconhece esses saberes como patrimônio imaterial coletivo, transmitido por oralidade e práticas comunitárias. A proposta busca fortalecer a identidade cultural dos estudantes, valorizar a diversidade étnico-racial e combater o racismo estrutural desde a infância. A ludicidade é compreendida como meio potente para promover uma educação plural, intercultural e comprometida com a justiça social. Esta ação também contribui para a implementação efetiva das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, oferecendo caminhos para uma prática pedagógica mais inclusiva e representativa.

¹ Graduada em Licenciatura em Educação Física; mestranda do Programa de Pós-Graduação profissional em Educação – UFU. E-mail: katiuccemoreira.edfisica@gmail.com

² Doutora em Educação Física e Sociedade; professora efetiva do IFTM/Ituiutaba. E-mail: teronba@gmail.com

Palavras-chave

Educação Básica. Jogos e Brincadeiras. Indígena. Afro-brasileiro.

Recebido em: 27/03/2025
Aprovado em: 21/07/2025

158

BETWEEN STRINGS, PEBBLES, AND SHUTTLECOCKS: INDIGENOUS AND AFRO-BRAZILIAN GAMES AS A PEDAGOGICAL PATH

Abstract

This article presents a pedagogical proposal for Basic Education that organizes and systematizes traditional Afro-Brazilian and Indigenous games as educational tools. The aim is to provide didactic and methodological support for teachers to incorporate these practices into the school curriculum in a playful, critical, and anti-racist way. Based on bibliographic and documentary research, the proposal recognizes these cultural practices as intangible heritage rooted in collective knowledge, oral transmission, and community experience. It seeks to strengthen students' cultural identity, value ethnic-racial diversity, and address structural racism from early childhood. Play is understood as a powerful means to promote a plural, intercultural education committed to social justice. This initiative also supports the effective implementation of Laws 10.639/2003 and 11.645/2008, offering paths toward more inclusive and representative pedagogical practices.

159

Keywords

Basic Education. Games. Indigenous. Afro-Brazilian.

Introdução

A educação escolar no Brasil tem um papel decisivo na valorização da diversidade cultural e na construção de uma sociedade mais inclusiva. Entre seus desafios e potencialidades, destaca-se a urgência de incorporar, de forma significativa, as culturas afro-brasileira e indígena ao cotidiano das práticas pedagógicas. Apesar de avanços importantes, como a promulgação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e da Lei 11.645/2008, que incluiu a cultura indígena, a efetiva implementação dessas diretrizes ainda enfrenta muitos obstáculos. A falta de formação específica dos professores, a carência de materiais didáticos adequados e o pouco apoio institucional resultam em abordagens superficiais e, por vezes, estereotipadas. Isso contribui para a invisibilização e marginalização desses saberes, alimentando o desconhecimento sobre sua riqueza e importância para a identidade nacional.

160

A perspectiva intercultural proposta por Candau (2008) aponta caminhos possíveis ao propor uma educação que valorize o “outro” e promova o diálogo entre diferentes grupos sociais e culturais. Essa abordagem é essencial para a construção de uma escola que acolhe a pluralidade e reconhece os diferentes modos de ser, viver e aprender. Nesse sentido, repensar práticas pedagógicas passa por incorporar formas mais engajadoras e significativas de ensinar, e o brincar, como linguagem própria da infância, surge como uma dessas possibilidades.

Diante disso, a questão que norteou esta pesquisa foi: como incorporar jogos e brincadeiras tradicionais afro-brasileiros e indígenas na Educação Básica, enriquecendo a prática pedagógica e fortalecendo a identidade cultural dos alunos? Para responder a essa pergunta, foi desenvolvida uma proposta que reúne jogos, brinquedos e brincadeiras tradicionais dessas culturas, sistematizados de forma acessível para uso por educadores da Educação Básica.

O objetivo principal deste trabalho foi desenvolver um material pedagógico que apoie docentes na integração de práticas lúdicas de origem afro-brasileira e indígena ao currículo escolar, favorecendo o conhecimento e a valorização dessas culturas desde os primeiros anos da vida escolar. A proposta se materializa na catalogação e sistematização de jogos e brincadeiras

representativos dessas tradições, buscando oferecer aos professores uma ferramenta prática e contextualizada, que contribua para enriquecer suas práticas pedagógicas com abordagens que promovam a equidade e a representatividade cultural.

Além disso, esta pesquisa teve como propósito fortalecer a identidade cultural dos estudantes e contribuir para o enfrentamento do racismo estrutural, ao propor uma educação que reconheça a diversidade como valor e como direito. Ao mesmo tempo, buscou-se integrar essas práticas ao currículo escolar de maneira crítica, criativa e significativa, além de oferecer suporte didático e metodológico aos docentes, contribuindo para sua formação e atuação pedagógica comprometida com os princípios de justiça social.

Cabe destacar que, a proposta apresentada também dialoga com os Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil (2024) e com as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (DONQEEI, 2024), reafirmando a importância de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade étnico-racial. Os jogos e brincadeiras de matriz afro-brasileira e indígena, nesse contexto, não apenas promovem o desenvolvimento motor e social das crianças, mas também representam um caminho potente para promover uma educação antirracista, decolonial e comprometida com a justiça social.

Consideramos que a criação deste material didático é necessária e urgente, pois contribui diretamente para a efetiva aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, ao mesmo tempo em que enriquece o currículo escolar com práticas culturais profundamente conectadas à formação identitária dos alunos. Ainda assim, reconhecemos que a implementação dessas leis exige mais do que boas intenções: é preciso superar barreiras históricas, como a resistência a visões não eurocentradas da história e da cultura, e garantir apoio formativo, político e institucional aos docentes.

Por fim, este trabalho também buscou valorizar a ludicidade como linguagem essencial da infância e refletir sobre o papel da Educação Física como espaço privilegiado (mas não exclusivo) para a preservação e revitalização das culturas afro-brasileiras e indígenas. Acreditamos que os jogos e brincadeiras tradicionais, ao serem incorporados de forma consciente e respeitosa ao

ambiente escolar, podem transformar o ato de brincar em um gesto político e pedagógico, contribuindo para a construção de uma escola mais justa, plural e acolhedora.

Metodologia

A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo e exploratório, com ênfase na análise da importância dos jogos e brincadeiras no contexto escolar. A pesquisa foi baseada em um levantamento bibliográfico e documental, que buscou compreender as práticas culturais relacionadas a essas manifestações lúdicas. As obras acadêmicas e documentos institucionais sobre as culturas afro-brasileira e indígena foram analisados, além de investigações específicas sobre jogos e brinquedos dessas comunidades.

Na pesquisa original, catalogamos um número expressivo de jogos e brincadeiras, tanto de origem indígena quanto afro-brasileira. Contudo, para adaptar a pesquisa ao formato de artigo, fizemos uma seleção de 5 brincadeiras indígenas e 5 afro-brasileiras, garantindo representatividade e diversidade cultural, ao mesmo tempo em que alinhamos a escolha com a adequação e aplicação pedagógica dessas práticas no contexto escolar. Essas brincadeiras foram escolhidas com base em seu significado cultural e no potencial de promover uma educação que valorize as tradições dessas comunidades. A seleção de jogos e brincadeiras baseia-se nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que promovem a valorização das culturas afro-brasileira e indígena na educação básica. Para fundamentar a análise, foram utilizados diversos referenciais teóricos, como Freyre (1963), Cascudo (1958), Koch-Grünberg (1979), Nordenskiöld (1929), Pinto (2023) e Patrícia Rossi dos Reis (2020).

Neste artigo, apresentamos a descrição detalhada de cada uma das 10 brincadeiras selecionadas, com foco em suas dinâmicas, regras e sugestões de adaptações para o ambiente escolar. Essas práticas não apenas oferecem aos alunos a oportunidade de aprender sobre história, identidade e ancestralidade, mas também favorecem o desenvolvimento de valores como respeito, cooperação e empatia, essenciais para a formação de cidadãos críticos e conscientes da diversidade cultural. A contribuição principal deste trabalho é a criação de um material pedagógico acessível e prático para os educadores, visando integrar

jogos e brincadeiras de origem afro-brasileira e indígena no ensino fundamental. Essa ação enriquece o currículo escolar e promove o respeito à diversidade cultural, estimulando o desenvolvimento motor e social dos alunos e o fortalecimento de sua identidade cultural.

Além dos critérios destacados, a escolha das brincadeiras foi fortemente influenciada pela vivência e experiência prévia das autoras, que se destaca pela atuação em diversas oficinas e projetos com foco na ludicidade afro-indígena, tais como o Projeto Caburé, que tem sua iniciativa voltada à educação infantil em contextos de terreiro, promovendo a valorização das ancestralidades, a cultura popular e dos saberes tradicionais. Tais experiências contribuíram para integrar a curadoria das atividades selecionadas, levando em consideração sua aplicabilidade real, a sua aceitação pelas crianças e a potência educativa e pedagógica que elas apresentam. As brincadeiras selecionadas já foram, portanto, validadas tanto em situações de educação de crianças em espaço escolares e não-escolares, quanto em situações de formação docente.

Os jogos, brinquedos e brincadeiras Indígenas e Afro-brasileiros e sua importância no âmbito educativo

Os jogos Indígenas e Afro-brasileiros são expressões lúdicas profundamente enraizadas nas tradições culturais dos povos originários e afrodescendentes do Brasil, e sua inclusão no ambiente escolar, especialmente nas aulas de educação física, é uma estratégia pedagógica valiosa. Além de atenderem às diretrizes das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatórios o ensino das culturas Afro-brasileira e Indígena, essas atividades também fortalecem a identidade cultural dos alunos e promovem o reconhecimento da diversidade cultural, proporcionando experiências de aprendizagem significativas. Apesar da criação dessas leis, muitos professores ainda não abordam adequadamente as tradições indígenas e afro-brasileiras, como destacam Gomes e Jesus (2013), que apontam a falta de implementação efetiva dessas diretrizes nas escolas, devido à resistência e à falta de recursos e formação adequada para os educadores.

Este panorama reflete a persistência de representações sociais racistas que marginalizam as culturas afro-indígenas na educação, o que limita a promoção de uma educação inclusiva. Infelizmente, apesar da criação das leis supracitadas,

na maioria das vezes os professores não tratam de temáticas relacionadas as tradições dos povos indígenas e africanos, como explanam Gomes e Jesus (2013):

A aprovação e a paulatina implementação dessa legislação, fruto das pressões sociais e proposições do movimento negro brasileiro, juntamente com os demais aliados da luta antirracista, sinaliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar. Implica, também, uma postura estatal de intervenção e construção de uma política educacional que leve em consideração a diversidade e que se contrapõe à presença do racismo e de seus efeitos, seja na política educacional mais ampla, na organização e funcionamento da educação escolar, nos currículos da formação inicial e continuada de professores, nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola.

Todavia, muito pouco ainda se sabe sobre o contexto nacional de implementação dessa alteração da LDB e demais orientações legais que a regulamentam na gestão do sistema de ensino e no cotidiano das escolas. Os pesquisadores que atuam no campo das relações étnico-raciais e educação concordam que, embora estejamos prestes a completar dez anos da referida alteração, ainda temos informações pouco precisas sobre o nível de sua implementação e o grau de enraizamento da mesma. O conhecimento desse processo, obtido até o momento, geralmente é produto de pesquisas qualitativas em nível local, na sua maioria produzidas na forma de dissertações e teses ou investigações realizadas com a ajuda de recursos advindos da aprovação em editais de fomento à pesquisa. Embora tenham a sua importância e nos ajudem a compreender local e regionalmente os processos políticos e a regularização da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em nosso país, essas pesquisas não nos ajudam a ter uma compreensão mais ampla, em nível nacional, do desenvolvimento da temática na gestão do sistema e da escola e no cotidiano (Gomes; Jesus, 2013, p. 23).

Para que as brincadeiras tenham um impacto pedagógico mais profundo, é fundamental que os professores apresentem a origem e o significado cultural de cada atividade. Ao contextualizar os jogos e suas raízes, os alunos são incentivados a compreender a importância dessas práticas para os povos indígenas e afro-brasileiros, estabelecendo uma conexão mais forte com a diversidade cultural do Brasil. Além disso, essa abordagem educativa contribui para o enfrentamento de estereótipos e preconceitos, promovendo uma visão mais ampla e respeitosa das diferentes culturas, como apontado por Silva (2005).

Do ponto de vista da educação física, jogos e brincadeiras são essenciais para o desenvolvimento integral do aluno. Piaget (1978) ressalta que a ludicidade estimula as crianças a entenderem o mundo de forma ativa e participativa, o que facilita o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Vygotsky (1991)

complementa, argumentando que a aprendizagem ocorre em ambientes de interação social, onde o educador atua como mediador.

Nesse contexto, jogos afro-brasileiros e indígenas oferecem oportunidades para os alunos se engajarem com práticas culturais, promovendo a empatia e o respeito pela diversidade. Além disso, a introdução desses jogos nas aulas de educação física oferece uma oportunidade para os alunos conhecerem a história de resistência dos povos afro-brasileiros e indígenas, conforme destacado por Pierre Verger (1992). Verger enfatiza que essas práticas culturais são expressões de identidade e resistência, transmitindo valores e conhecimentos que foram marginalizados ao longo da história. Ao incorporar essas práticas no currículo escolar, os alunos têm a chance de compreender a contribuição significativa desses povos para a formação da sociedade brasileira, fortalecendo o sentimento de pertencimento e valorização da diversidade cultural.

A presença de jogos tradicionais nas aulas de educação física, como os de origem afro-brasileira e indígena, não se limita ao desenvolvimento motor, mas também contribui para o desenvolvimento social e emocional dos alunos. Esses jogos estimulam habilidades como coordenação, equilíbrio e resistência, fundamentais para o desenvolvimento físico. Além disso, proporcionam uma educação física que vai além do desempenho atlético, valorizando o engajamento cultural e o desenvolvimento pessoal dos alunos. Incorporar estes jogos na educação física ajuda a construir um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso com a diversidade cultural. As atividades lúdicas enriquecem o currículo escolar, permitindo que as crianças vejam a educação física como uma disciplina que também abrange aspectos sociais, culturais e históricos. Assim, ao integrar essas práticas no cotidiano escolar, os alunos não apenas desenvolvem suas habilidades motoras, mas também adquirem uma compreensão mais profunda da riqueza cultural brasileira, combatendo o racismo estrutural e promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa garantir o desenvolvimento integral e equitativo dos estudantes, destacando a importância da diversidade cultural no ambiente escolar. Segundo o Ministério da Educação (2018), a BNCC preconiza que a escola deve respeitar e valorizar as diversas manifestações culturais presentes no Brasil, promovendo uma educação

que reconheça a rica história das matrizes africanas e indígenas. A integração das Leis 10.639/03 e 11.645/08 ao currículo reforça a necessidade de uma educação antirracista e decolonial, combatendo preconceitos e valorizando saberes marginalizados.

Como explica Candau (2016, p 25), “a educação multicultural busca desestabilizar as práticas pedagógicas hegemônicas, que se orientam por uma perspectiva monocultural e eurocêntrica, e promover práticas que reconheçam e valorizem a pluralidade cultural presente na sociedade”. No contexto da Educação Física, jogos, brinquedos e brincadeiras podem ser ferramentas significativas para promover essas reflexões e vivências corporais e culturais. A BNCC estabelece que as práticas pedagógicas devem promover a valorização da diversidade cultural como parte essencial da formação cidadã. Em relação à Educação Física, o documento destaca as "práticas corporais" como eixos centrais, incentivando a inserção de atividades que contemplem diferentes manifestações culturais, como danças, jogos e brincadeiras, dentro de seus contextos históricos e sociais (Brasil, 2018).

Já a BNCC enfatiza o uso de práticas corporais de matriz africana e indígena, não apenas como atividades físicas, mas como ferramentas pedagógicas para promover uma compreensão crítica e o respeito às tradições culturais. Exemplos como o jogo indígena da peteca e brincadeiras de origem africana, como o teca-teca, ilustram como essas práticas podem ser lúdicas e reflexivas, dialogando com a realidade sociocultural dos estudantes. Essas leis, 10.639/03 e 11.645/08, são marcos importantes na luta contra a invisibilidade das culturas afro-brasileira e indígena, estabelecendo a obrigatoriedade de conteúdos que valorizem suas histórias e contribuições para a sociedade.

Para Munanga (2019), essas legislações não são apenas normativas, mas também oportunidades de desconstruir estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade brasileira. Na Educação Física, os jogos e brincadeiras afro-brasileiras e indígenas resgatam saberes tradicionais, permitindo que os alunos compreendam as contribuições dessas culturas para a identidade nacional. A capoeira de angola, por exemplo, é uma manifestação corporal que carrega narrativas de resistência cultural e social. Para a efetiva implementação dessa abordagem, é necessário que os professores conheçam profundamente as

histórias e os significados culturais que envolvem essas práticas. Gomes e Jesus (2020) afirmam que a formação docente deve incluir discussões sobre cultura, identidade e diversidade, capacitando os educadores a lidarem com esses temas de maneira crítica. Ao ensinar o jogo de urucungo, de origem africana, por exemplo, o professor pode estimular reflexões sobre resistência cultural e luta contra a opressão.

A BNCC também destaca a importância de desenvolver valores como empatia, respeito e cooperação, que são frequentemente presentes nas vivências de jogos e brincadeiras tradicionais. Além de contribuir para o desenvolvimento motor e social dos alunos, essas atividades promovem uma educação que reconhece a diversidade como uma riqueza, potencializando a formação de cidadãos críticos e engajados. A articulação entre a BNCC, as Leis 10.639/03 e 11.645/08 e as práticas corporais afro-brasileiras e indígenas demonstra o poder transformador dessas atividades na Educação Física escolar. Mais do que cumprir uma exigência legal, essas práticas promovem uma educação que valoriza a pluralidade e combate às desigualdades históricas. Ao adotar tais práticas no cotidiano escolar, os professores têm um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e plural, em que as identidades culturais do Brasil sejam reconhecidas, respeitadas e celebradas.

Neste contexto, a Educação Física reafirma sua função como uma disciplina que vai além do movimento corporal, sendo um espaço de diálogo, resistência e transformação social. Por meio de atividades lúdicas e jogos de manifestações culturais marginalizadas, a disciplina pode ser uma poderosa ferramenta na construção de uma educação antirracista e inclusiva. Além de promover o desenvolvimento motor e a socialização, a Educação Física deve ser um ambiente de questionamento sobre as desigualdades sociais, incentivando reflexões sobre identidade, ancestralidade e pertencimento cultural. A inclusão dessas práticas no espaço escolar ajuda a quebrar paradigmas e desmistificar a visão estereotipada das culturas indígenas e afro-brasileiras, dando visibilidade a saberes que foram silenciados no sistema educacional tradicional. Dessa forma, a escola se torna um espaço de resistência e valorização da memória coletiva, onde o estudante é desafiado a reconhecer a importância da diversidade e a construir uma visão mais crítica e sensível sobre as relações sociais. Assim, a Educação Física, ao incluir essas manifestações culturais, reforça sua função

como agente de transformação, gerando um impacto significativo no olhar da sociedade sobre a sua própria cultura e o valor que confere a ela.

Entre cordas, pedrinhas e petecas: Jogos e brincadeiras Afro-brasileiros

Buraquinha
Local: Adaptação de uma brincadeira da Angola.
Participantes: De duas a quatro pessoas.
Descrição: O jogo consiste em retirar pedras de um buraco no chão. Os jogadores sentam-se ao redor do buraco, com uma pedra na mão. Um por vez, devem lançar sua pedra para cima, retirar as pedras do buraco e pegar a que foi lançada sem deixá-la cair. Em seguida, deve lançar novamente a mesma pedra e devolver as outras para o buraco, deixando apenas uma, que fica com o jogador. Se a pedra cair no chão ou não conseguir devolver as pedras corretamente, o jogador passa a vez. Quando todas as pedras acabam, quem ainda tiver pedras deve colocá-las de volta no buraco. Ganhá quem ficar com todas as pedras.
Referência: PINTO, Helen Santos; SILVA, Luciana Soares da; NUNES, Míghian Danae Ferreira (orgs.). <i>Catálogo de jogos e brincadeiras africanas e afro-brasileiras</i> . São Paulo: Aziza Editora, 2022. ISBN 978-65-992657-2-3. p13

168

Igba-itá
Local: Adaptação de uma brincadeira da Nigéria, jogado com quatro conchas de búzios.
Participantes: Várias pessoas.
Descrição: Cada jogador tem 20 pedrinhas ou tampinhas de garrafa. Eles se sentam em círculo e colocam uma pedrinha no centro. O primeiro jogador lança quatro conchas no chão. Se as conchas caírem de forma alternada, com algumas viradas para cima e outras para baixo, o jogador ganha e pode pegar as pedrinhas apostadas, além de lançar novamente as conchas após todos colocarem uma pedrinha no chão. Se todas as conchas caírem com a mesma face para cima ou para baixo, o jogador perde, deixando as pedrinhas no chão e passando as conchas para o jogador à sua esquerda. Antes de cada novo lançamento, todos devem colocar uma pedrinha no chão, aumentando o prêmio a cada rodada. Quem ficar sem pedras sai do jogo. Quando todos tiverem lançado as conchas cinco vezes, o jogo termina, e vence quem tiver o maior número de pedras.

Referência: CUNHA, Débora Alfaia da. *Brincadeiras africanas para a educação cultural*. Castanhal, PA: Edição do Autor, 2016. ISBN 978-85-921111-0-6. p43

Litoti / “meu Deus!” /bolada.

Local: Adaptação de um jogo de Maputo e Niassa, cidades de Moçambique.

Participantes: Várias pessoas.

Descrição: O jogo envolve duas equipes: a construtora e a destruidora. O campo é dividido entre elas. O objetivo da equipe construtora é empilhar latas espalhadas pelo campo, enquanto a destruidora tenta derrubar a pilha ou acertar os jogadores que estão empilhando as latas, eliminando-os. Há duas formas de jogar. Primeira Forma: As equipes arremessam a bola dentro do campo. Nenhum jogador pode segurar a bola, apenas lançar para seus membros. A equipe construtora deve formar uma pirâmide com 15 latas, enquanto a destruidora tenta derrubá-la ou atingir os jogadores da equipe construtora. Se um jogador da construtora for atingido, ele sai do jogo. As equipes se revezam nas funções de construtora e destruidora. Segunda Forma: O campo é delimitado e as equipes se posicionam em áreas diferentes. A destruidora começa com a bola. Jogadores da construtora entram em duplas para empilhar 6 latas. Se conseguirem montar a pirâmide, devem derrubá-la com os pés para marcar um ponto. A destruidora tenta acertar os jogadores e, se acertar, o jogador sai do jogo. O jogo termina quando todos da equipe construtora tentaram montar a pirâmide.

Referência: CUNHA, Débora Alfaia da. *Brincadeiras africanas para a educação cultural*. Castanhal, PA: Edição do Autor, 2016. ISBN 978-85-921111-0-6. p72

Teca-Teca

Local: Adaptação de uma brincadeira de Niassa, Moçambique.

Participantes: Duas pessoas pelo menos.

Descrição: Desenhe um tabuleiro com 16 quadrados em 4 fileiras de 4 colunas no chão. Defina os movimentos e o ritmo do jogo. Os jogadores devem pular nos quadrados seguindo o ritmo de uma música, como "Minuê, Minuê". O jogo pode ser adaptado, aumentando a velocidade da música ou o número de jogadores.

Referência: PRISTA, António; TEMBE, Mussá. (e outros). *Jogos de Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Educação Física; Lisboa: Centro de Documentação e Informação Amílcar Cabral, 1992.p 66

Jogos e brincadeiras Indígenas

Cabo de Guerra de Cipó

Local: Origem desconhecida.

Participantes: Várias pessoas.

Descrição: O cabo de guerra é uma brincadeira animada, onde os participantes são divididos em duas equipes com número igual ou força proporcional. No chão, marca-se um ponto central que define o limite a ser ultrapassado. Cada equipe se posiciona em uma extremidade de um cipó longo e resistente. Ao sinal, os jogadores puxam em direções opostas, tentando arrastar o time adversário além da marca no chão. A equipe que conseguir puxar seus oponentes para o outro lado vence a rodada. A atividade estimula a força, o trabalho em equipe e mantém seu caráter lúdico e socializador.

Referência: REIS, Patrícia Rossi dos. *Manual Bilíngue de Jogos e Brincadeiras Indígenas: Interculturalidade, Modos de Vida e Sustentabilidade*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2020. p52

170

Carrinho de Mão

Local: Origem desconhecida.

Participantes: Várias pessoas.

Descrição: Esta brincadeira pode ser realizada em qualquer espaço amplo e plano. Os participantes devem formar duplas, considerando características físicas como tamanho e força para equilibrar os pares. O professor delimita uma área para o percurso. Um dos jogadores da dupla segura as pernas do colega um pouco acima dos joelhos, enquanto o outro apoia as mãos no chão e se desloca utilizando apenas os braços, simulando o movimento de um carrinho de mão. Ao chegar ao ponto determinado, os jogadores trocam de posição e retornam ao ponto de partida. A atividade pode ser realizada como uma brincadeira livre ou em formato de corrida, tornando-a mais dinâmica. Essa brincadeira fortalece os membros superiores, desenvolve coordenação motora e estimula a cooperação entre os participantes

Referência: REIS, Patrícia Rossi dos. *Manual Bilíngue de Jogos e Brincadeiras Indígenas: Interculturalidade, Modos de Vida e Sustentabilidade*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2020. p68

Corrida do Saco

Local: Origem desconhecida.

Participantes: Várias pessoas.

Descrição: Para esta brincadeira, o professor deve delimitar um espaço adequado, marcando uma linha de partida e uma linha de chegada. Os participantes posicionam-se lado a lado na linha de partida, cada um dentro de um saco de linhagem, segurando-o firmemente com as mãos. Ao sinal do professor, todos começam a pular dentro do saco em direção à linha de chegada. O primeiro a cruzar a linha vence a corrida. Variações: A brincadeira pode ser feita em duplas ou equipes, promovendo desafios em grupo. Pode-se estabelecer obstáculos no percurso para aumentar o nível de

dificuldade. A atividade desenvolve equilíbrio, coordenação motora e resistência física, além de proporcionar diversão e interação entre os participantes.

REIS, Patrícia Rossi dos. *Manual Bilíngue de Jogos e Brincadeiras Indígenas: Interculturalidade, Modos de Vida e Sustentabilidade*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2020. p74

Peteca (PEIKRĀN)

Local: Origem desconhecida.

Participantes: Várias pessoas.

Descrição: Os jovens aprendem a confeccionar uma peteca utilizando palha de milho e penas de galinha, refletindo sobre o uso desses materiais no cotidiano indígena. Caso não os tenham, podem improvisar com alternativas, mantendo o contexto cultural. Para a montagem, as palhas são separadas individualmente e sobrepostas alternadamente, uma na posição vertical e outra na horizontal, até formar uma camada de aproximadamente 3 cm. Em seguida, as palhas são firmemente amarradas em uma das extremidades e cortadas para deixar uma pequena sobra. Nessa extremidade, as penas são fixadas sob pressão, garantindo estabilidade e beleza à peteca. Com a peteca pronta, inicia-se a brincadeira, que pode ser individual, em duplas ou em grupos, onde os jogadores devem mantê-la no ar, rebatendo-a com a palma da mão. A atividade promove diversão e resgata uma tradição lúdica e socializadora.

Referência: REIS, Patrícia Rossi dos. *Manual Bilíngue de Jogos e Brincadeiras Indígenas: Interculturalidade, Modos de Vida e Sustentabilidade*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2020. p 20

Como síntese dos jogos apresentados e reforçando os objetivos elencados, reafirmamos que mais do que simples recursos recreativos ou estratégias pedagógicas pontuais, as brincadeiras afro-brasileiras e indígenas apresentadas neste artigo devem ser compreendidas como expressões vivas de culturas que seguem pulsando, resistindo e ensinando, mesmo diante de séculos de tentativas de silenciamento. Cada brincadeira carrega em si um universo de significados, histórias, modos de viver, formas de se relacionar com o corpo, com o outro e com o mundo. Por isso, levar tais atividades para o chão da escola, podem ampliar o repertório lúdico das crianças e, ao mesmo tempo, abrir espaço para que elas se reconheçam como parte de uma coletividade diversa, potente e historicamente marcada por lutas e resistências. O brincar, nesse contexto, deixa de ser apenas

um momento de descontração e passa a ser uma forma de afirmar identidades, resgatar memórias e construir vínculos de pertencimento.

Inserir essas brincadeiras no cotidiano escolar é, portanto, um gesto político e afetivo, que reconhece a escola como um espaço de disputa de narrativas e de afirmação de saberes muitas vezes invisibilizados. É também uma forma de romper com o currículo oculto que, mesmo sem ser explicitado, ainda reforça padrões eurocêntricos e práticas excludentes. Ao promover o diálogo entre as infâncias e as culturas afro-indígenas por meio do jogo, os educadores contribuem para a construção de um ambiente mais acolhedor, equitativo e antirracista. Essa proposta dialoga diretamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que valorizam a brincadeira como eixo central do desenvolvimento infantil, assim como com os Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil (PNQEI) e as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Brasil, 2024), que reforçam a importância de práticas pedagógicas que respeitem e promovam a diversidade étnico-racial como condição para uma educação verdadeiramente justa e transformadora.

Considerações finais

A implementação dos jogos afro-brasileiros e indígenas na Educação Básica vai além de simplesmente seguir as diretrizes legais; ela é uma prática pedagógica com potencial transformador, capaz de oferecer um currículo escolar mais rico e formar indivíduos com maior consciência de sua identidade cultural. As práticas podem ser inseridas no cotidiano escolar e representam uma oportunidade de os alunos reatarem contato com suas raízes culturais, que formam parte da história e cultura brasileiras. Tais práticas culturais não apenas reaproximam os alunos com o outro, mas levam à reflexão sobre a importância de respeitar e valorizá-las.

Embora esta pesquisa se baseie em fontes bibliográficas e documentais, ela dialoga diretamente com saberes tradicionais de povos indígenas e afro-brasileiros, reconhecidos como patrimônio imaterial. Por este motivo, e apesar de não termos utilizado como parte da metodologia a pesquisa de campo, acreditamos que seja necessário adotar uma postura ética e sensível, que respeite a origem, o valor simbólico e a força coletiva dessas práticas. Trata-se de um

compromisso que vai além da formalidade acadêmica, e que se ancora no cuidado, na escuta e no reconhecimento dos povos que mantêm essas tradições vivas.

Os jogos e brincadeiras aqui apresentados são expressões culturais que atravessam o tempo, transmitidas de forma oral e comunitária. Não pertencem a um autor, mas a uma memória coletiva que resiste e se reinventa, mesmo diante das tentativas de apagamento. Reconhecer esses saberes é também reconhecer os povos que, apesar de historicamente silenciados, seguem ensinando com seus corpos, gestos, cantos e modos de brincar.

173

Esta pesquisa se posiciona a partir de uma perspectiva decolonial, que valoriza essas práticas como parte legítima do conhecimento humano e, ao trazer essas brincadeiras para a escola, reafirmamos o direito à diversidade, à ancestralidade e à presença viva de culturas que formam o Brasil, propondo um currículo mais justo, plural e comprometido com a equidade.

Ademais, ao proporcionar a vivência dessas práticas na escola, esta se torna um ambiente onde a diversidade é reconhecida e valorizada. Jogos e brincadeiras afro-brasileiros e indígenas permitem que os alunos experimentem e reconheçam a riqueza das tradições afro-brasileira e indígena, levando em conta que elas são patrimônio cultural nacional e fundamentais para a construção da identidade coletiva do Brasil. Cada jogo e brincadeira resgata a possibilidade de que o aluno possa compreender a história e modo de vida de povos que são invisibilizados nas narrativas tradicionais, mesmo se tratando de um patrimônio.

Assim, a utilização desses jogos no âmbito educativo, seja na Educação Física escolar ou em outras disciplinas, vai além da mera promoção da atividade física, favorecendo muito mais um desenvolvimento integral do aluno, sendo ele corporal, social, emocional, histórico e cultural. Neste contexto a experiência pedagógica se torna um espaço de valorização cultural, reflexão social e construção de valores. Por meio de sua inserção ao currículo escolar educacional, pode-se trabalhar, então, por uma educação mais inclusiva, que respeite e celebre as diferenças e ainda estimule os alunos, para que se reconheçam como pertencentes a uma sociedade plural, diversa.

Além da área da Educação Física, os jogos e brincadeiras aqui apresentados têm potencial de diálogo com diversas disciplinas. Na História,

podem ser abordados os processos de resistência e ancestralidade dos povos africanos e indígenas; na Geografia, os territórios culturais e formas de ocupação; na Arte, as músicas, ritmos, materiais e formas expressivas envolvidas nos jogos; na Língua Portuguesa, as narrativas orais e cantigas tradicionais que acompanham muitas brincadeiras. Essa interdisciplinaridade amplia as possibilidades pedagógicas e reforça o papel da escola na valorização dos saberes populares e comunitários.

Sob a luz teórica de grandes pensadores como Paulo Freire, percebemos que a ludicidade cultural dos jogos tradicionais, apresenta um alicerce embasado, em termos estruturais, para se propor melhor construção social: uma sociedade mais justa, plural e respeitosa. A proposta de inclusão desta prática ao espaço escolar tem como escopo maior, construir um cidadão mais consciente em relação a importância da valorização cultural, apelar ao respeito e à convivência pacífica entre as mais diferentes manifestações culturais, presentes em nosso país. Esta proposta pretende contribuir não apenas no aprimoramento das habilidades físicas dos indivíduos acima mencionados, mas também para a formação de uma sociedade que reconhece, promove e integra as diferenças culturais, ou seja, uma sociedade que reconhece, promove e integra as diferenças culturais como fundamento de formação de cidadãos mais comprometidos com a equidade, a democracia e a construção de um futuro mais inclusivo e humanizado.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 6 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2008/l11.645.htm. Acesso em: 6 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. rev. / Kabengele Munanga, org. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Qualidade e equidade na educação infantil**: princípios, normatização e políticas públicas. Brasília, DF: MEC, 2024. 68 p. ISBN 978-65-992607-7-3. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/qualidade-equidade-educacao-infantil.pdf>.

CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 45-56, 2008.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e possibilidades**. Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 64, p. 19-38, 2016.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Superstições e costumes: pesquisas e notas de etnografia brasileira**. 1958.

CUNHA, Débora Alfaia da. **Brincadeiras africanas para a educação cultural**. Castanhal, PA: Edição do Autor, 2016. ISBN 978-85-921111-0-6.

FEJES NETO, Alexandre (Lecão). **Jogos Indígenas**. São Paulo: União dos Escoteiros do Brasil - Região São Paulo, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 47-82, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** 12. ed. Brasília: Ed. UnB, 1963.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Dayse Rosa de. **Diversidade cultural e formação de professores: perspectivas e desafios.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa.** Educar em Revista, Curitiba, v. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Os índios e os seus jogos.** 1. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

MATESCO, Daniel; CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Práticas corporais e cultura escolar: um olhar a partir da BNCC.** Motrivivência, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 01-17, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz; SILVA, Maria Aparecida. **Educação Física e a Lei 10.639/03: desafios e possibilidades no ensino de práticas afro-brasileiras.** São Paulo: FAPESP, 2021.

PINTO, Helen Santos; SILVA, Luciana Soares da; NUNES, Míghian Danae Ferreira. **Catálogo de jogos e brincadeiras africanas e afro-brasileiras.** Organização de Helen Santos Pinto, Luciana Soares da Silva, Míghian Danae Ferreira Nunes. São Paulo: Aziza Editora, 2022.

PRISTA, António; TEMBE, Mussá (e outros). **Jogos de Moçambique.** Maputo: Instituto Nacional de Educação Física; Lisboa: Centro de Documentação e Informação Amílcar Cabral, 1992.

REIS, Patrícia Rossi dos. **Manual Bilíngue de Jogos e Brincadeiras Indígenas: Interculturalidade, Modos de Vida e Sustentabilidade.** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2020.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da discriminação no livro didático.** In: BRASIL. Superando o Racismo na escola. 2. ed. rev. / Kabengele Munanga, org. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

DEWEY, John. **The determination of ultimate values or aims through antecedent or a priori speculation or through pragmatic or empirical inquiry.** Teachers College Record, v. 39, n. 10, p. 471-485, 1938.

VYGOTSKY, Lev S. **Imagination and creativity in the adolescent.** Soviet Psychology, v. 29, n. 1, p. 73-88, 1991.